



Dominique Wolton e a articulação teórico-prática do jornalismo contemporâneo¹

Rebecca Batista VICENTE²

Carlos Alberto ZANOTTI³

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP

Resumo

Este trabalho tem por objetivo debater o conceito de jornalismo segundo a ótica de Dominique Wolton, sociólogo francês e influente pesquisador contemporâneo da área da Comunicação Social. Buscamos aqui, através de pesquisa bibliográfica e da Análise de Discurso (AD), traçar um paralelo entre o exercício profissional e as considerações que o autor francês tece em suas obras lançadas no Brasil entre os anos de 1996 e 2011⁴. As inferências sobre os valores defendidos por Wolton foram realizadas tendo-se como referência a pesquisa elaborada por Kunczik (2002) a respeito dos diferentes conceitos de jornalismo praticados no mundo ocidental; e o argumento de Chaparro (2007), segundo o qual a linguagem jornalística prioriza a exploração das relações de conflito.

Palavras-chave: Jornalismo; Wolton e o jornalismo; conceitos de jornalismo; sociedade midiaticizada.

1. O estudo do jornalismo e a importância das mídias

As mídias, na atualidade, estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Segundo Silverstone (2011, p. 21), elas são “parte de uma realidade da qual participamos”. No contexto da globalização, dispomos de uma grande oferta de informações, estando cada vez mais próximos dos acontecimentos do mundo. E nos tornamos, todos, verdadeiros comunicadores frente às ferramentas originadas das novas tecnologias. É a partir do reconhecimento de uma modificação no cenário da Comunicação Social que propomos, para a elaboração deste artigo, o estudo do exercício do jornalismo, discutindo sua importância nas sociedades contemporâneas.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação do 5º semestre do Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), email: vicente.rebecca@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor e pesquisador da Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), email: zanotti@puc-campinas.edu.br.

⁴ **O elogio do grande público** (Ática, 1996); **Pensar a Comunicação** (Editora Universidade de Brasília, 2004); **É preciso salvar a comunicação** (Paulus, 2006); **Internet, e depois?** (Sulina, 2007) e **Informar não é comunicar** (Sulina, 2011).



Recorremos, para tanto, aos perfis profissionais do mundo ocidental, conforme apresentado na obra de Kunczik (1997) e observamos a complexidade do jornalismo em sua prática, conforme registrada por Chaparro (2007). Partindo deste levantamento inicial, fomos a Dominique Wolton, e procuramos interpretar suas propostas para o exercício da profissão e a construção de uma autoimagem profissional.

Licenciado em direito e doutor em sociologia, Dominique Wolton é diretor de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) francês e do Instituto de Ciências da Comunicação (CCSI)⁵, estando envolvido na área há 35 anos. Autor de 30 livros, os quais foram traduzidos em 20 idiomas (contando com cinco publicações no Brasil), fundou, em 1988, a revista *Hermès*, da qual é diretor, e que é hoje uma das principais publicações científicas na língua francesa⁶. A análise do discurso de Wolton justifica-se por sua notoriedade em discutir sobre o jornalismo frente à globalização e o surgimento das novas tecnologias, apontando a importância do exercício dessa profissão na contemporaneidade.

Eni Orlandi (2001) aponta que um dos papéis principais do discurso é o da manutenção do homem em sua realidade, além de sua constante transformação, servindo-nos de mediação necessária. Desta maneira, os indivíduos convivem com a pluralidade de sentidos e significados existentes em seu cotidiano a partir de um discurso que os auxilia em seu entendimento. Através da Análise de Discurso (AD), propomos uma interpretação daquilo que Wolton descreve como sendo o papel do jornalismo e do jornalista, o que nos levou a buscar os elementos de análise na leitura de suas cinco obras lançadas no Brasil.

As afirmações mais relevantes do sociólogo francês a respeito do jornalismo e dos jornalistas foram, assim, localizadas e separadas em fragmentos de texto, as chamadas Sequências Discursivas (SDs), sendo estas, em seguida, categorizadas segundo seu tema em dez diferentes Blocos Discursivos⁷. Em se tratando de um artigo com espaço limitado para divulgação, separamos um dos Blocos para a apresentação dos resultados da análise, por nós intitulado “o papel do jornalista”, que resume parte dos objetivos deste trabalho. No desenvolvimento da análise, interpretamos as

⁵ Informações obtidas na página sobre Dominique Wolton na Internet: <http://www.wolton.cnrs.fr/spip.php?article1>.

⁶ Informações obtidas no portal do Instituto de Ciências da Comunicação (CCSI): <http://www.iscc.cnrs.fr/spip.php?article511>.

⁷ Os Blocos foram separados em: “a função do jornal”, “o papel do jornalista”, “a liberdade de imprensa”, “os limites de mediação”, “o financiamento”, “os desafios da profissão”, “os desafios da profissão frente às novas tecnologias”, “a questão do público”, “a relação entre os jornalistas e os intelectuais” e “a comunicação política”.



formações discursivas, que podem ser entendidas como fragmentos de texto, “que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997, p. 161).

Os estudos empreendidos neste trabalho justificam-se em função da importância de se pesquisar os meios de comunicação e a eles associar o pensamento do pesquisador francês, um dos mais influentes nos estudos de Comunicação Social no Brasil. Afinal, as mídias, segundo Silverstone (2011, p. 21), inserem-se de tal maneira em nosso cotidiano a ponto de atuar decididamente no campo da cognição. Em sua obra, este autor se opõe à visão pós-moderna que avalia a mídia como o principal fator da incapacidade do ser humano em distinguir o real do imaginário, ou seja, como fator responsável pela impossibilidade de se ter experiências reais.

A partir dessa importância conferida às mídias, iniciamos a abordagem teórica desta pesquisa apontando os principais conceitos referentes ao jornalista nas sociedades ocidentais, colaborando, portanto, para a compreensão do papel desempenhado por esses profissionais na atualidade, e para a posterior discussão relativa ao exercício de seu trabalho.

2. Os jornalistas das sociedades ocidentais

Ao discutir teoricamente sobre o jornalismo em exercício no Ocidente, Kunczik (2002, p. 97-100) distingue dois diferentes papéis que podem ser desempenhados por esses profissionais: o neutro, aquele comprometido com a objetividade e que tem o Estado como porta-voz, selecionando as notícias as quais chegarão ao público; e aquele que defende causas e mobiliza a sociedade -- o jornalista participativo.

O jornalista no primeiro papel “é considerado um agente neutramente distanciado para poder transmitir a informação com objetividade e ética profissional” (KUNCZIK, 2002, p. 98). Sobre o assunto, o autor pondera que o relato objetivo leva o jornalista a supor “que os princípios existentes são aceitos como inquestionáveis, evitando-se assumir a responsabilidade política” (KUNCZIK, 2002, p. 98). Com isso, ajudaria a consolidar a ideia de um profissional de imprensa enquanto sujeito conformista, diferentemente daquele que se sente compelido a questionar a realidade existente.

O jornalista como defensor de causas, por outro lado, dá voz a parte de uma comunidade, a um grupo marginalizado. Segue a linha dos “denunciantes da corrupção”



(KUNCZIK, 2002, p. 98) conhecidos pelo jornalismo sensacionalista norte-americano. Diferentemente daqueles que pregam pela neutralidade, esses profissionais fazem “[...] uma campanha vigorosa pela difusão de certas idéias ou fatos, sem reivindicar a posse da verdade fundamental sobre o assunto tratado” (KUNCZIK, 2002, p. 98).

Apesar de antagônicos, esses papéis não se excluem mutuamente. Segundo o autor, “Um jornalista pode sentir-se igualmente comprometido com a reportagem objetiva e neutra e com uma obrigação social” (KUNCZIK, 2002, p. 97). Em sua pesquisa, apesar de abordar esses dois papéis como distintos, Kunczik não exclui, porém, a possibilidade de ambos trabalharem conjuntamente.

A distinção desses dois papéis permite a identificação (KUNCZIK, 2002, p. 100-108), de quatro diferentes perfis profissionais em exercício no jornalismo ocidental: o de mediador, o de precisão, o de professor e guia e o de entretenimento.

O jornalista como mediador seria aquele que atua como intermediário entre o público e os acontecimentos, estando compromissado com o relato verdadeiro dos fatos e respeitando, desta maneira, as regras éticas e morais da profissão. Este perfil baseia-se no pressuposto de que “[...] a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade” (KUNCZIK, 2002, p. 100).

O “jornalista de precisão”, perfil apresentado por Kunczik a partir das propostas de Philip Meyer (1973 apud Kunczik, 2002, p. 103), faz uso das técnicas de pesquisa das ciências sociais “para poder prestar declarações comprovadas sobre os temas sociais, ou seja, para poder relatá-los objetivamente” (KUNCZIK, 2002, p. 103). Apesar de apresentarem diferenças frente ao modelo científico – especialmente pela escassez de recursos e de tempo disponíveis aos jornalistas –, as técnicas de pesquisa utilizadas no jornalismo de precisão colaboram, segundo Kunczik (2002, p. 104), para a “inserção de informações num contexto teórico que revelaria os antecedentes e as possíveis causas dos acontecimentos”. Evitam, portanto, a divulgação de fatos desconexos e de mentiras.

Os dois outros perfis de jornalistas são o de professor e guia e o jornalista de entretenimento. O primeiro se divide em duas funções distintas: o profissional detentor do conhecimento, o qual tem a missão de educar o público; e o jornalista como guia, aquele que dissemina novas idéias, discutindo temas atuais. Em referência ao jornalismo de entretenimento, Kunczik discute a imagem pejorativa daqueles que trabalham na área. O entretenimento é interpretado pelos jornalistas como divertimento, levando-os a construir uma imagem ruim de seu público e, conseqüentemente, de seu trabalho. O autor assim conclui: “[...] a atitude pessimista com relação à cultura, que se nega a



reconhecer a legitimidade da necessidade de entretenimento e de se utilizar de seu potencial positivo será inadequada tanto para o jornalista quanto para o público” (KUNCZIK, 2002, p. 108).

Em etapa posterior à discussão dos quatro perfis profissionais, o autor elabora uma alternativa para o exercício do jornalismo, direcionada especialmente para aqueles que desempenham o ofício nos países em desenvolvimento do hemisfério Sul, o denominando “jornalismo de desenvolvimento”, a ser apresentado a seguir.

3. Jornalismo de desenvolvimento

Em seus estudos, Kunczik (2002, p. 131-143) explora uma proposta para o exercício profissional do jornalista, que não se filia às macrocorrentes ideológicas que configuram as bases política e econômica na qual se sustenta a atividade no Ocidente. O “jornalismo de desenvolvimento” é uma alternativa à prática profissional dos países do hemisfério Sul, delimitando fronteiras entre aquela existente nos países desenvolvidos do Norte. Segundo o autor:

O termo ‘jornalismo de desenvolvimento’ apareceu pela primeira vez nos meados de 1967, para definir uma visão do jornalismo segundo a qual a reportagem dos eventos de importância nacional e internacional deveria ser construtiva, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento do país em questão (KUNCZIK, 2002, p. 131).

A crítica ao jornalismo do Norte justifica-se por seu caráter individualista, principalmente segundo o apelo ao sensacionalismo, o serviço aos interesses do poder e à falta de um comprometimento com o público. O autor aponta, desta maneira, que “[...] os modelos de jornalismo ocidental não são transferíveis para os países em desenvolvimento” (KUNCZIK, 2002, p. 131).

O termo “desenvolvimento” é definido segundo o objetivo de eliminação das desigualdades entre os indivíduos e o progresso das sociedades. Kunczik (2002, p. 135) aponta, por outro lado, que o “[...] desenvolvimento não apenas significa a transição da pobreza para a prosperidade material, mas implica também dignidade humana, segurança, justiça e igualdade”.

O autor justifica a missão do jornalista de desenvolvimento baseando-se no discurso de Nora Quebral (1975, p. 2 apud KUNCZIK, 2002, p. 135), uma das criadoras do conceito. A acadêmica afirma que o trabalho desses profissionais é realizado



segundo a emancipação dos grupos marginais, servindo de auxílio à participação dos indivíduos no processo político e possibilitando, desta maneira, o desenvolvimento das sociedades.

O jornalista, portanto, é caracterizado como o intermediário de um diálogo entre governo e governados, diferenciando-se da função de simples reprodutores de acontecimentos por meio do uso da crítica e da denúncia. Objetiva, portanto, tornar transparentes as ações do Estado, considerando a informação como parte do processo de educação de seu público.

Apesar de uma nova referência para a sociedade, o jornalismo de desenvolvimento é somente uma proposta dentre várias, não sendo, segundo o autor, mais que “[...] uma invenção idealista” (KUNCZIK, 2002, p. 380). Necessita, portanto, de adaptações segundo cada realidade política e cultural.

A discussão teórica acerca dos conceitos do jornalismo ocidental estudados por Kunczik (2002) possibilita a apresentação, neste artigo, da pesquisa realizada por Chaparro (2007) referente à prática da profissão na atualidade. Com o auxílio da Pragmática, o autor acompanha, em sua obra, o processo produtivo dentro das redações, analisando o trabalho desempenhado pelos jornalistas na seleção e hierarquização das notícias.

4. A Pragmática de Chaparro

A partir de pesquisa realizada com dois jornais diários de circulação no Estado de São Paulo, Chaparro (2007) estuda a realidade prática do jornalismo brasileiro, discutindo seu processo produtivo, o que inclui as etapas desde o relato dos acontecimentos até a publicação das notícias.

Com o auxílio da Pragmática⁸, o autor estuda o exercício do jornalismo em sua intervenção na realidade, propondo que a divulgação de notícias não se resume a uma simples elaboração de textos e enunciados. Chaparro investiga, desta maneira, o trabalho dos jornalistas segundo a existência de uma orientação, um discurso e um contexto específicos, e do objetivo de atingir efetivamente o público com seus conteúdos.

⁸ Segundo definição de Chaparro (2007, p. 140) “A Pragmática, como vertente complexa da Linguística e da Semiótica, dá conta da extensão social e das consequências sociais dos enunciados”.



A leitura dos comentários de Chaparro acerca das nove notícias analisadas, cuja produção foi por ele acompanhada, da pauta à redação final (CHAPARRO, 2007, p. 42-70), observamos que o exercício do jornalismo orienta-se principalmente pela busca de um ponto de conflito nos acontecimentos. Portanto, independentemente das informações das quais dispunham, os repórteres procuraram destacar em seu texto elementos polêmicos, mesmo que não apresentassem grande relevância nos fatos abordados. No decorrer da análise, Chaparro aponta que a necessidade de se destacar o conflito era proveniente de exigências dos próprios veículos de comunicação, sendo sua linha editorial, pois, determinante na seleção e hierarquização dos conteúdos.

Podemos apontar, por exemplo, o primeiro caso apresentado na obra, (CHAPARRO, 2007, p. 42-47), sobre a publicação de uma matéria denunciando falhas no corte de abastecimento de água pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), na capital paulista. A partir do interesse do diretor de redação, morador de um dos bairros afetados, em explorar o aspecto negativo do fato, a repórter responsável pela matéria procurou desenvolver uma imagem desfavorável da empresa de abastecimento, captando depoimentos de fontes que, posteriormente, apontariam distorções em suas falas. A jornalista assume, ao final, que a elaboração da notícia foi orientada pelo próprio editor, sendo, seu texto, editado após a entrega, segundo a abordagem à qual se objetivava.

Por outro lado, os acontecimentos que não possuíam esse ponto de conflito, por serem classificados como de menor relevância pelos veículos, eram mal investigados, tendo suas pautas descuidadas e sem consulta de fontes confiáveis, resultando na publicação de boatos⁹. Estes últimos, nas notícias estudadas, motivaram, muitas vezes, pautas diversas, direcionando reportagens, modificando a interpretação das mensagens, adequando-as a interesses particulares. Ao não serem esclarecidos pela mídia, os boatos, portanto, transformavam-se em informação.

A informação é interpretada como um instrumento de poder, sendo tarefa do profissional da mídia a transformação dos acontecimentos em notícia. Esse atributo do jornalismo encontra-se, atualmente, entre as demandas do público - que confia à profissão a publicação de informações segundo a apuração e a investigação dos acontecimentos -, e, por outro lado, as exigências dos poderes empresariais - que

⁹ São classificados na obra como “notícia anônima que corre publicamente, sem confirmação” (CHAPARRO, 2007, p. 79).



preferem a reflexão da realidade segundo a manutenção dos poderes vigentes. Assim escreve o autor:

Qualquer que seja, onde quer que esteja, a quem quer que tenha sido delegado, esse poder se projeta em decisões e ações irreversíveis na intimidade da atividade jornalística, em todos os desdobramentos hierárquicos de produção, criação e controle das notícias (CHAPARRO, 2007, p. 96).

O jornalista, desta forma, é espectador dos acontecimentos, não dispondo de autonomia para contrariar as relações de poder e de ideologia existentes nos veículos de comunicação - mesmo que não concorde, muitas vezes, com as regras impostas ao seu trabalho.

Os principais prejudicados neste processo, entretanto, são os leitores. Não dispondo da oportunidade de interferir nos conteúdos jornalísticos, eles são tratados pelos veículos de comunicação como consumidores. O autor faz referência ao artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, alegando que, ao publicar boatos, notícias falsas ou mal apuradas, o jornalista: “[...] trai o principal e mais belo dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a ‘todo o indivíduo’ o direito de ser informado” (CHAPARRO, 2007, p. 103).

5. Wolton e as três crises do jornalismo

Após levantarmos, nesta pesquisa, um modelo teórico e prático que caracterize o jornalismo existente nas sociedades contemporâneas – a partir dos perfis profissionais e da Pragmática -, selecionamos o capítulo “As três crises do jornalismo” (WOLTON, 2004, p. 300-318) para servir de síntese das bases do pensamento de Wolton sobre a profissão, dando início, em seguida, à interpretação de suas ideias com a Análise de Discurso (AD). Neste capítulo, Wolton escreve sobre a autoimagem profissional, a liberdade de imprensa e o jornalismo frente à política e à economia.

A globalização, segundo o sociólogo, desencadeou uma evolução no âmbito dos meios de comunicação. Tecnologias como a Internet possibilitaram a interatividade e a maior acessibilidade aos indivíduos. Os jornalistas, desta maneira, depararam-se frente a um desafio: driblar a nova oferta de informações, objetivando a manutenção de seu papel de comunicadores e da legitimidade perante o público.



Wolton aborda a questão traçando três diferentes causas para a instabilidade profissional: a tecnológica, a política e a econômica. Os problemas técnicos resumem-se ao maior acesso do homem às informações, fornecido pelas tecnologias. Aponta, por outro lado, que os jornalistas são os únicos habilitados profissionalmente a selecionar e hierarquizar os acontecimentos. O público, por não dispor de tais conhecimentos e de tal autonomia, necessita, portanto, da orientação destes profissionais.

Os problemas políticos são discutidos na obra a partir da liberdade de imprensa. Wolton admite que os jornalistas conquistaram maior independência frente ao poder, podendo informar ao público sobre acontecimentos referentes à economia e à política. Sem a constante censura, as denúncias passaram a se tornar, desta maneira, freqüentes nos noticiários, e a imprensa enfim passou a dispor de um poder crítico frente às decisões e deficiências do Estado. Por outro lado, apesar dessa reconhecida vitória, os jornalistas tendem, muitas vezes, a abusar dela, segundo avalia o autor. Ele escreve, portanto, que “na maior parte do tempo, não são mais os jornalistas que estão nas mãos dos homens políticos, mas o contrário” (WOLTON, 2004, p. 304).

Sobre os problemas econômicos, Wolton aponta as influências das leis do capitalismo no desenvolvimento da área da Comunicação, especialmente no exercício do Jornalismo. Segundo o autor, a lógica econômica “é pelo menos tão ameaçadora para a liberdade da imprensa quanto a repressão política” (WOLTON, 2004, p. 302). Os jornalistas, frente às grandes instituições de poder e à hierarquia dos cargos no âmbito das empresas de comunicação, sentem-se pouco à vontade e incapazes de lutar contra qualquer lógica imposta ao seu trabalho.

A partir das três crises levantadas, o sociólogo propõe dez sugestões para a adaptação do jornalismo à modernidade. Ele clama por uma maior união entre os profissionais, possibilitando a criação de uma identidade própria e a capacidade de mobilização para o questionamento de quaisquer empecilhos impostos à prática de seu trabalho.

Para Wolton, o jornalista desempenha o papel de mediador entre o espetáculo do mundo e o público. Ele ressalta a importância de se valorizar a diversidade existente no trabalho desses profissionais e o seu discurso no contexto da globalização e da grande oferta de informações. Aponta, por outro lado, que cabe aos jornalistas respeitar seu público e a diversidade cultural, além de orientar seu trabalho segundo o compromisso com a apuração dos acontecimentos, com a pesquisa e com a manutenção da



democracia. Os jornalistas não deveriam, da mesma forma, render-se ao espetáculo, às dramatizações e à supervalorização das tecnologias.

6. O jornalista e seu papel de mediador

Para darmos início à análise do discurso de Wolton, selecionamos, em suas obras, os principais trechos referentes à Formação Discursiva (FDs) relativa ao papel de mediador desempenhado pelos jornalistas. Nelas, grifamos as palavras que melhor caracterizam as idéias do sociólogo, tendo como objetivo discuti-las posteriormente na análise.

“[...] o volume cada vez maior de informações reforça o papel do jornalista como **mediador** entre o mundo e os cidadãos [...]” (WOLTON, 2004, p. 311).

“[...] com a **explosão da informação** e com a **facilidade de acesso** a ela, o jornalista se encontra numa encruzilhada. Ou ele é a **testemunha de uma época ultrapassada**, em que havia a **necessidade de intermediário**, agora inútil na medida em que cada um se tornaria seu próprio jornalista; ou ele é um dos principais **guardiões da liberdade de informação**, mantendo-se distante de todos os poderes, funcionando como **avaliador da honestidade**, ou menos da objetividade tão difícil de atingir, fazendo a **triagem** num **universo afogado em informações, o que só aumenta a necessidade de intermediários e de explicação.**” (WOLTON, 2011, p. 73).

“[...] Quanto mais informação existe, mais o papel do jornalista, **sem dúvida arbitrário**, consiste em organizar e não em se “esquivar”, deixando esse trabalho para ser feito pelo destinatário final, o espectador [...]” (WOLTON, 1996, p. 145).

“[...] Com o tempo, o estatuto do jornalista, mediador entre o espetáculo do mundo e o público, acaba sendo **questionado** por causa dessa **evolução técnica** e da **crise de confiança do público** em relação à profissão. [...] Como disse repetidas vezes, quanto mais há informação, comentários e opiniões, mais a função do jornalista como mediador para **selecionar, organizar, hierarquizar a informação é indispensável** [...]” (WOLTON, 2004, p. 300-301).

“[...] a democracia não é a supressão dos serviços e profissões intermediários, mas a **validação dos seus papéis** e a capacidade de criticá-los. Os jornalistas são **intermediários e contrapoderes** [...]” (WOLTON, 2011, p. 72).

Para iniciarmos a discussão sobre o papel dos jornalistas segundo a ótica de Wolton, precisamos, primeiramente, compreender o significado do termo utilizado para



caracterizá-los, o de “mediador”. Este tem origem no conceito de “mediação”, o qual, segundo definição do dicionário, refere-se a uma “intervenção com que se busca produzir um acordo” (FERREIRA, 1988, p. 424). O mediador, portanto, frente a uma condição de conflito, tem a missão de buscar o acordo entre seus diligentes, mediante um discurso imparcial e que possibilite a compreensão e reflexão mútuas dos assuntos em questão. Em relação ao público, o papel do jornalista proposto por Wolton é o de proporcionar uma comunicação entre os acontecimentos e o receptor de suas mensagens.

Para esclarecer essa relação estabelecida entre emissor e receptor, o sociólogo diferencia (WOLTON, 2011, p. 17-18) os atos de informar e de comunicar. O primeiro, no contexto da globalização e do surgimento das tecnologias, significa a simples transmissão de conteúdos. O segundo, mais complexo, relaciona-se com o estabelecimento de uma compreensão entre os participantes de um diálogo, do compartilhamento de informações, podendo ser comparada a uma verdadeira negociação.

Wolton ressalta, em grande parte dos trechos selecionados, que a função do jornalista não se esgota em simplesmente informar seu público. Essa atividade já não é suficiente em um universo “afogado”, saturado de informações. A pesquisa, a apuração dos acontecimentos, assim como a triagem, portanto, a seleção e a hierarquização dos fatos, devem fazer parte do processo produtivo do jornalismo. O profissional deve considerar, na elaboração das notícias, a necessidade de explicação dos acontecimentos, contextualizando o público em sua realidade.

Ao escrever, desta maneira, que “o volume cada vez maior de informações reforça o papel do jornalista”, Wolton reconhece a complexidade em se estabelecer a comunicação atualmente, sendo, a partir dela, que os profissionais das mídias mantêm sua legitimidade e reforçam sua importância na contemporaneidade. Aponta, por outro lado, a necessidade de se garantir a confiança do público, o qual persiste em questionar o desempenho dos veículos de comunicação frente a essa realidade. Cabe ao jornalismo, portanto, assumir o compromisso com a sociedade, segundo um trabalho autônomo e arbitrário, garantindo o relato da verdade e afastando-se de quaisquer influências externas.

O sociólogo destaca a importância desse compromisso caracterizando os jornalistas como “avalistas” da honestidade. Eles dispõem, portanto, de um discurso imparcial, tendo a capacidade de selecionar adequadamente os conteúdos,



desvinculando-os de ideologias e de interesses diversos que influenciem seu público. Wolton exalta essa competência ao caracterizar os profissionais como “guardiões” da liberdade de informação, sendo eles os únicos a possuí-la e a mantê-la distante de quaisquer influências políticas e econômicas.

Apesar de reconhecer a vitória dos jornalistas frente à censura, garantindo a liberdade à informação, Wolton escreve que as influências dos poderes político e econômico ainda orientam o discurso dos veículos de comunicação, interferindo no exercício do jornalismo. Aponta, como alternativa a essa realidade, a necessidade do desempenho do papel de contrapoderes, fazendo uso da informação como instrumento para a denúncia às ações dos atores políticos, criticando-as quando necessário, e, assim, colaborando para a manutenção da pluralidade. A democracia - portanto, a maior oferta de informações disponíveis aos indivíduos - valida o papel de intermediários dos jornalistas que, ao fazer uso da mesma, são, igualmente, contrapoderes.

Podemos observar, a partir da análise dos trechos selecionados, que o pensamento de Wolton assemelha-se, em parte, às propostas dos autores estudados ao longo desta pesquisa. Primeiramente, em relação a Kunczik (2002), o sociólogo justifica o papel do jornalista como mediador, estabelecendo uma conexão entre público e acontecimentos. Por outro lado, vai além dos limites da objetividade proposta neste perfil, defendendo a necessidade da pesquisa e da apuração dos acontecimentos, aproximando o exercício do jornalista ao apregoado pelo jornalismo de precisão.

Entretanto, ao escrever sobre a liberdade à informação e a capacidade do jornalista em utilizar a denúncia e a crítica como um “contrapoder” à política e às decisões governamentais - desvinculando o exercício profissional das influências política e econômica e defendendo um compromisso com a democracia - Wolton aproxima suas propostas às referentes ao jornalismo de desenvolvimento proposto por Kunczik (2002). O jornalismo, desta forma, não se resume a simplesmente transformar os acontecimentos em notícia. Possui, por outro lado, um papel social específico, estando a serviço das necessidades informativas de seu público. Faz uso, para tanto, da informação como ferramenta para o estabelecimento da comunicação - e, portanto, da compreensão mútua dentro de uma sociedade.

Desta forma, a atuação do jornalista como mediador não se incorporaria às proposituras da obra de Chaparro (2007), para quem, como visto anteriormente, a linguagem do jornalismo é a exploração do conflito. O pesquisador luso-brasileiro, com larga experiência profissional em redações de jornais, entende que cabe ao jornalismo



colocar-se onde o conflito se encontra e expô-lo clara e eticamente aos nele interessados. A tomada de decisão, por sua vez, caberia ao público. Já em Wolton, percebemos o oposto: a busca da convergência como fórmula para uma atuação responsável.

Considerações Finais

Nas sociedades capitalistas, os veículos de comunicação interpretam as informações a partir de uma ótica mercadológica, tratando-as como produto a ser vendido ao público consumidor. Apesar dessa realidade não refletir, necessariamente, em uma distorção ou manipulação dos acontecimentos, observamos que o jornalismo, em seu processo produtivo – a partir da seleção, descarte e hierarquização dos fatos –, objetiva o despertar de sensações do público, divulgando acontecimentos segundo a exploração de um ponto em permanente conflito.

A obra de Dominique Wolton, contrariamente, defende que o jornalismo, em seu exercício, deve se desligar das intenções e demandas dos poderes políticos e econômicos. Escreve, também, sobre a importância da divulgação das decisões governamentais, da denúncia e da investigação, de forma a possibilitar a compreensão entre as sociedades frente à realidade imposta pela globalização e o avanço das tecnologias, interpretando os jornalistas como auxiliares do desenvolvimento. À imprensa não caberia, portanto, explorar os pontos de conflito dos acontecimentos.

O sociólogo propõe, desta maneira, que o papel social do jornalista – o de intermediário entre público e acontecimentos, a partir do relato da realidade e segundo um discurso que não se submeta às influências do poder – continua o mesmo. Clama, entretanto, pela manutenção desse papel frente à sociedade e aos veículos de comunicação, de modo a reafirmar a importância da mediação do jornalista na atualidade.

Propomos, nestas considerações finais, que a interpretação do jornalismo segundo a ótica de Dominique Wolton não se esgote nos resultados apresentados neste artigo. Como citado anteriormente, selecionamos, a partir da leitura de suas obras, dez diferentes Blocos Discursivos, os quais apontam para questões complementares que, em trabalho futuro, abordaremos com maior profundidade.



Referências Bibliográficas

CHAPARRO, M.C.C. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

DOMINIQUE WOLTON. Disponível em: <<http://www.wolton.cnrs.fr/spip.php?article1>>. Acesso em: 16.jan.2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

INSTITUT DES SCIENCES DE LA COMMUNICATION DU CNRS (ISCC). Disponível em: <<http://www.iscc.cnrs.fr/spip.php?article511>>. Acesso em: 11.abr.2011.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. São Paulo: Ed.USP, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes, 3ª edição, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, (SP): Ed. UNICAMP, 3ª edição, 1997.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

WOLTON, Dominique. **O elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Pensar a Comunicação**. Trad. Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. Trad. Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Informar não é comunicar**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.